



Ocupações Urbanas e Práticas Emancipatórias: Estudos sobre a aplicabilidade do Community Land Trust

Autores:

Camila Diniz Bastos - UFMG - cdinizbastos@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho apresenta a experiência de implementação do instrumento urbanístico “Fideicomiso de la Tierra” nas comunidades de Caño Marín Peña em San Juan, capital de Porto Rico. O Fideicomiso é uma adaptação do instrumento norte americano Community Land Trust - CLT, e o caso foi escolhido como objeto de análise por se tratar da primeira vez em que o CLT é aplicado em um assentamento urbano já consolidado na América Latina. A partir da aproximação da prática porto riquenha, o trabalho se debruça sobre a potência de aplicação do instrumento nas ocupações urbanas organizadas de Belo Horizonte, buscando demonstrar que as práticas espaciais já desenvolvidas pelos ocupantes em seu cotidiano e o trabalho realizado pelo movimento de moradia, são caminhos para a efetividade do mesmo, podendo juntos, consolidar uma prática pedagógica territorial.



Ocupações Urbanas e Práticas Emancipatórias:

Estudos sobre a aplicabilidade do Community Land Trust

OBJETIVOS

O presente trabalho apresenta a experiência de implementação do instrumento urbanístico “Fideicomiso de la Tierra” nas comunidades de Caño Marín Peña em San Juan, capital de Porto Rico. O Fideicomiso é uma adaptação do instrumento norte americano Community Land Trust - CLT, e o caso foi escolhido como objeto de análise por se tratar da primeira vez em que o CLT é aplicado em um assentamento urbano já consolidado na América Latina. A partir da aproximação da prática porto riquenha, o trabalho se debruça sobre a possibilidade de aplicação do instrumento nas ocupações urbanas organizadas de Belo Horizonte, buscando demonstrar que as práticas espaciais já desenvolvidas pelos ocupantes em seu cotidiano e o trabalho realizado pelo movimento de moradia, são potencializadores para a efetividade do mesmo, podendo juntos, levar a uma prática pedagógica territorial.

O QUE MOVEU

A primeira ocupação urbana que eu pisei na vida foi a Dandara. Era 2011 e o chamado era para um mutirão de construção de um muro em uma disciplina da faculdade de arquitetura da UFMG que era conhecida por “obrigar os alunos a entrarem na favela”. A ocupação, localizada no bairro Céu Azul, tinha pouco mais de um ano, mas as ruas já tinham nome e a praça já tinha banco e por ali brincavam algumas crianças. Eu não fazia a mínima ideia, dos reais significados, símbolos e imaginários que uma ocupação urbana trazia, mas foi ali que minha história com elas começou. As questões relacionadas a terra e propriedade caminharam ao meu lado nesses 7 anos de atuação nas ocupações urbanas, palpáveis - até demais - tanto no corpo vivido nos despejos e na consolidação diárias dos territórios, quanto nas salas frias das centenas de mesas de negociação do governo do Estado, cercada, sempre, por homens brancos.

Em 2017, tenho a oportunidade de retornar a Dandara enquanto técnica municipal¹ para elaboração de um Plano de Regularização Urbanística (PRU)²

¹ Estagiária da Subsecretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte

²O PRU, Plano de Regularização Urbanística - é um instrumento de planejamento territorial cujo objeto de aplicação são os assentamentos informais grafados como Áreas Especiais de Interesse Social 2 (AEIS-2) nos quais a regularização fundiária depende de adequações urbanísticas estruturais, principalmente aqueles com uma conformação territorial ainda em fase de consolidação. O Plano deve



inaugurando um novo tipo de relação com esses territórios e levando a uma nova gama de questionamentos e contradições. Adentrar no mundo das ocupações urbanas pela ótica do poder público acabou possibilitando minha co-existência entre 3 instâncias nem sempre tão harmoniosas: Universidade, Governo e Movimento Social³. Entre julho de 2017 e março de 2018, sábados e quintas feiras a noite foram regadas a cafés doces e revezadas entre caminhadas, kombis, reuniões, assembleias e oficinas. E as reflexões ali construídas pelo corpo técnico ao se aproximarem do cotidiano da ocupação, possibilitaram a abertura de importantes diálogos dentro da prefeitura quanto a necessidade de se repensar os dogmas relativos à regularização fundiária, mercado, posse e propriedade. Enquanto eram mapeados tipologias e informações relativas às famílias, questões perceptíveis apenas a partir da vivência do cotidiano passam a fomentar discussões sobre o futuro do assentamento. Identificamos, desde indivíduos concentradores de terrenos se conformando como grandes locatários⁴ até questões mais complexas, como a força do tráfico loteando a área verde delimitada no projeto desenhado coletivamente no início da comunidade, protegida por quase 6 anos. Passamos a compreender um pouco mais das forças que atuam no mercado informal do assentamento, e isso nos levou a repensar qual lógica territorial seria potencializada ou mitigada com a entrada da prefeitura no território visto a subsequentes regularização e titulação.

Havia uma constante preocupação dos agentes municipais em relação à aplicação e possível cooptação de dinheiro público, uma vez que os investimentos destinados às melhorias na área pudessem atuar como o fator de expulsão daquela população, reforçando o ciclo de marginalização territorial dos pobres urbanos e como a titulação individual da propriedade, prática atual da política habitacional aplicada no município, contribuiria para esse fato. Foi se tornando perceptível como as ansiedades e receios dos técnicos sobre o futuro da ocupação se aproximavam das ansiedade e receios tanto da universidade quanto do próprio movimento de luta por moradia, chegando talvez na questão mais delicada que recai sobre como dialogar com a população sobre como a propriedade privada individual seria um potencializador de fragilidade social.

A partir dessas questões, a experiência de Porto Rico foi trazida por uma das técnicas envolvidas no processo, e depois de discuti-la internamente tivemos a oportunidade de apresentar superficialmente o instrumento aos moradores. A recepção, apesar de receosa pela maioria, demonstrou uma abertura para o diálogo quanto a outras práticas territoriais que construíssem uma alternativa de propriedade e uma gestão territorial diferenciada e muito dessa abertura vem exatamente do forte

apresentar diagnósticos e diretrizes que contemplem os aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, organizativos e jurídicos do assentamento.

³ Refere-se aqui especificamente a atuação da autora, desde 2012, no Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas - MLB, movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo socialismo.

⁴ Sem romantizar ou demonizar, é necessário frisar que essa lógica de proprietário-locatário não representa a maioria dos moradores, e que independente disso, a reprodução do sistema capitalista e da "cidade formal" perpassa uma formação estrutural que não pode ser ignorada ou reforçada no caso de assentamentos informais.



vínculo territorial e da bandeira da luta por moradia levantada, principalmente, pelos moradores que se encontravam ali desde a época de ocupação do terreno. A partir daí, me pareceu plausível a aplicação do instrumento nas ocupações urbanas, principalmente as organizadas, por suas práticas coletivas e organizativas a serem descritas adiante.

BREVE REFLEXÃO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA IMOBILIÁRIA BRASILEIRA

A experiência com as ocupações urbanas e a aproximação com o poder público trouxeram a necessidade de aprofundar nas contradições do conflito entre posse e propriedade buscando compreender o processo histórico brasileiro que consolida a primazia da propriedade imobiliária particular em relação a segurança de posse. Nesse percurso, foi imprescindível compreender e absorver que a propriedade privada imobiliária (assim como tantas questões que nos são apresentadas como verdades absolutas) é um conceito criado.

É necessário o esclarecimento, e subsequente pressuposto, de que as leis que regem a propriedade privada imobiliária brasileira foram escritas e defendidas pelos homens brancos das famílias beneficiadas durante as tramitações coloniais para a ocupação do território do país. Tais homens, escolheram os significados de determinados termos, numa determinada sociedade, num determinado momento histórico. O modelo territorial na colônia se fundava nas Sesmarias, onde a propriedade era reconhecida pelo uso da terra, um uso pelo trabalho e pela produção, que por sua vez era exercida não pelos beneficiados, mas pela força de trabalho do povo africano escravizado. Assim, pouco parece que os indivíduos que escrevem os conceitos de propriedade imobiliária, em tal período, estariam interessados em criar argumentos para garantir uma segurança de posse e muito menos interessados, estariam em criar alguma alternativa de acesso à terra que não mantivesse seus privilégios. Precisamos começar a falar em voz alta que as narrativas que nos são contadas não são a história dos vencidos. Que elas tem lado e tem cor. Que “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico” (RIBEIRO, Djamilia 2017, p.24). Falar de propriedade privada, conflitos fundiários, posse, ocupações, instrumentos jurídicos, disputas governamentais, é ultrapassar um muro construído por homens brancos defensores de seus privilégios. E a partir daí, reformular questionamentos incluindo tal recorte.

Concordando e complementando a afirmativa de que “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade” (LEFEBVRE, 1968)⁵, afirma-se que no contexto brasileiro soma-se a essa compreensão da cidade e do urbano as relações de raça. Além dos 358 anos de

⁵ E pedindo desculpas por aqui nesse contexto decolonial citar um homem branco francês



período escravocrata, temos o agravo de uma Lei de Terras⁶ que transforma o solo em mercadoria negando seu acesso aos quase 5 milhões de negros escravizados que se encontravam no território. Se “a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética” (LEFEBVRE, 1974,) assume-se aqui, que a produção socioespacial do território brasileiro é racialmente segregada.



Quantidade de pessoas escravizadas que desembarcaram no Brasil (1551 - 1856)
4.864.374

Figura 01: Mapa localização pessoas escravizadas no Brasil (1551 - 1856)
Fonte: “A luta esquecida dos negro pelo fim da escravidão” BBC, modificações da autora, 2018

No contexto atual em que temos um presidente eleito racista e defensor da sacralidade da propriedade⁷, transparece quão estrutural e arraigada em nossa sociedade é a primazia da propriedade privada. Se por um instante nos voltarmos para a fragilidade dos agentes que normalmente requerem a legitimação de posse não é custoso identificar que tratam-se de famílias historicamente marginalizadas e em situação territorial de periferização. Existe uma lógica territorial sendo reproduzida - e mantida - na história das cidades brasileiras. Os conflitos fundiários sobre os quais nosso país se consolida retratam a história dos vencedores, enquanto sistematicamente as estratégias de resistência dos vencidos vêm sendo apagadas. Quão pouca é a nossa literatura sobre as relações territoriais coletivas, conformações espaciais e gestão compartilhada das terras de um quilombo? Quantos dos nossos podem a qualquer momento ser classificados como terroristas pelo fato de lutarem

⁶ Após o fim do regime de sesmarias, a Lei de Terras (Imperial nº601/1850) determinou os fundamentos jurídicos da propriedade, que já contava com garantia constitucional (art. 179 XXII da Constituição Imperial de 1824): os beneficiados pelas concessões poderiam requerer ao governo o reconhecimento de sua condição de proprietário; e dali em diante, as terras públicas só poderiam ser adquiridas mediante a compra (art. 1º da Lei de Terras de 1850)

⁷ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/694520371266076672?lang=pt>



para equacionar uma questão histórica como o direito à moradia? Quantas histórias - e vidas - mais serão apagadas?

A LUTA PELA MORADIA EM BELO HORIZONTE: AS OCUPAÇÕES URBANAS

Na década de 80, o Brasil passa pelo seu período de reabertura democrática após 21 anos de ditadura militar e, com isso, muita expectativa havia em torno dos temas de direito social, dentre eles a Reforma Urbana. Com as novas gestões menos conservadoras que chegaram ao poder, observou-se a implementação de instrumentos progressistas, como o precursor Orçamento Participativo - OP, ao mesmo tempo que eram poucos os investimentos públicos, ainda reflexo da crise do modelo desenvolvimentista até então adotado.

Em Belo Horizonte, em 1996, na gestão de Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores-PT), uma das consequências da inviabilidade imediata de uma política habitacional culminou na Ocupação Corumbiara⁸, organizada por movimentos sociais ligados ao Fórum Nacional da Reforma Urbana⁹. Mais de 300 famílias, insatisfeitas com os encaminhamentos dos núcleos de moradia da prefeitura e com os resultados do OP da Habitação, se organizam junto à Liga Operária e ocupam, com fins de moradia, um terreno na Regional Barreiro. Segundo Mônica Bedê, tratava-se de "uma forma de organização popular até então incomum em Belo Horizonte, com demarcação regular de vias e lotes, cercamento da área, vigilância constante e revista de visitantes." (BEDÊ, 2005, p.211). Tem se início às ocupações urbanas organizadas na cidade.

Com a adesão de grande parte dos movimentos de moradia de Belo Horizonte aos núcleos de Habitação criados pela prefeitura municipal, há um arrefecimento das ações diretas relacionadas à luta por moradia na cidade. Apenas em 2006, as Brigadas Populares¹⁰ juntamente com moradores do Aglomerado da Serra (região centro sul de BH), ocupam por 3 meses um edifício abandonado no bairro Serra. Apesar do pouco tempo de existência, a Ocupação Caracol inaugura uma nova fase das ocupações urbanas organizadas na cidade. Em 2008, recomeçam as ocupações horizontais, mais

⁸ Inicialmente organizada pela Liga Operária e o Partido Comunista Revolucionário, a Ocupação Corumbiara é um marco na história da ocupações urbanas de BH e marca também o nascimento do MLB Minas, primeiro núcleo fora de Pernambuco. O MLB se origina em Pernambuco e hoje atua em 13 estados do país. Em Belo Horizonte, atualmente o MLB organiza as Ocupações Eliana Silva, Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus, além de atuar conjuntamente a outros movimentos em outras ocupações da cidade e região metropolitana.

⁹ Organizado nas cinco regiões do país e desde 1987, o FNUR é uma articulação de atores sociais que envolve movimentos populares, organizações não governamentais, entidades de ensino e estudantis, associações de classe e instituições de pesquisa que tem o objetivo de lutar por políticas públicas voltadas para a promoção da reforma urbana no Brasil.

¹⁰ Brigadas Populares é uma organização política autônoma, que possui como objetivo estratégico a construção do Poder Popular no Brasil



uma vez no Barreiro, desta vez de forma espontânea, com a Ocupação Camilo Torres. O terreno ocupado, parte de uma grande área subutilizada destinada pelo Governo do Estado a mais de 30 anos a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais- CODEMIG, abriga 142 famílias que resistem até hoje aguardando a implementação de infraestrutura urbana. No ano seguinte, 2009, em outra região da cidade e inspirados pelas Comunas da Terra¹¹ do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹², nasce, em caráter rururbano (ocupação com atributos rurais porém dentro de cidades), a primeira das ocupações horizontais organizadas dessa nova fase: a Ocupação Dandara, citada anteriormente.

Organizada pelas Brigadas Populares, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹³ e com o apoio inicial do MST, Dandara nasce num terreno de propriedade da Construtora Modelo localizado no Bairro Céu Azul, regional Pampulha de Belo Horizonte. Ocioso desde a década de 1970 e com uma dívida acima de R\$2 milhões em impostos municipais, tratava-se de uma área identificada como subutilizada. Originalmente pensada com lotes maiores do que um lote urbano comum, de maneira a englobar a cultura do plantio além da moradia, rapidamente teve que abandonar essa ideia devido ao grande número de famílias sem teto que chegavam diariamente à ocupação. Dandara inaugura também uma nova modalidade de relação entre os movimentos de luta por moradia e a cidade. Extrapola-se a relação movimento-ocupantes e novos atores passam a atuar conjuntamente, como a universidade e pessoas da cultura, consolidando a chamada “rede de apoio”, e alcançando visibilidade nacional e internacional com sua repercussão na grande mídia.

A partir daí, até 2018 pelo menos uma ocupação organizada surgiu a cada ano em Belo Horizonte (Ver figura 02). Destaca-se outra fase iniciada em 2016, com a ocupação Zezeu Ribeiro, quando as ocupações urbanas chegam até as áreas centrais da cidade e passam a se conformar em prédios abandonados, reclamando não só a questão da moradia mas também o acesso a toda a infraestrutura e serviços que a cidade oferece e concentra.

¹¹ As Comunas da Terra são assentamentos dentro das grandes cidades e que buscam trabalhar com uma nova base de produção, uma nova matriz tecnológica, que é a agroecologia.

¹² O MST é um movimento social organizado desde 1984, em 24 estados do Brasil, que luta por terra, por reforma agrária e pela transformação social. Defende que a luta não deve parar na luta pela terra – que uma das principais ferramentas é a ocupação de terras – mas que ela vá para além disso. Depois de entrar na terra, o objetivo é lutar pela reforma agrária, entender o conjunto das ocupações, o conjunto das lutas que vai dar condições de vida para estas pessoas. Mais informações: <http://www.mst.org.br/>

¹³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Mais informações: <https://www.cptnacional.org.br/>

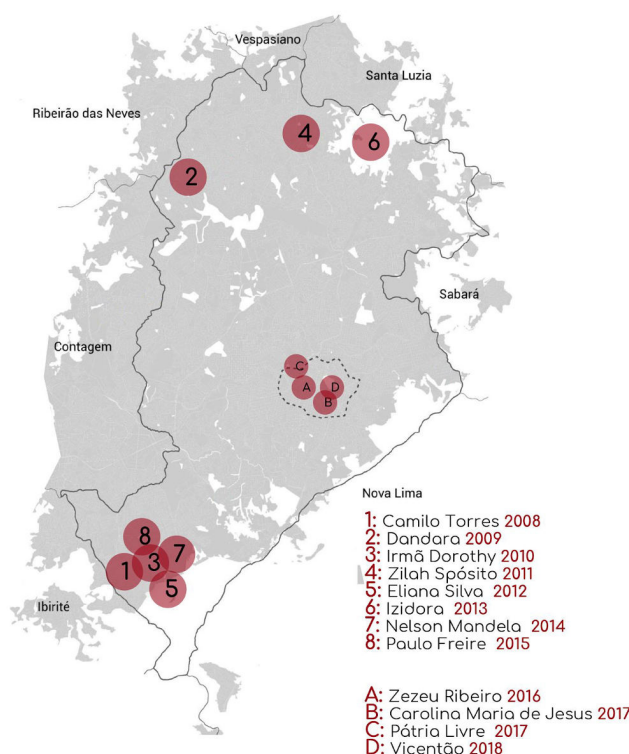


Figura 02: Algumas das ocupações ocorridas anualmente em BH entre 2008 e 2018, mapa da autora, 2018

O INSTRUMENTO COMMUNITY LAND TRUST - CLT

O CLT é um instrumento de propriedade coletiva da terra e titulação individual do direito de superfície sobre as estruturas construídas. Seu objetivo principal é a segurança de posse, possibilitando a manutenção das populações de baixa renda em seus territórios. Para além de um zoneamento que apenas demarca uma área como destinada a produção de habitações de interesse social e determinação de parâmetros urbanísticos, o CLT traz consigo o distinto conceito de uma gestão coletiva continuada do território.

Desde 2006, Jon Emmeus Davis¹⁴, avalia o desempenho de "Community Land Trusts" ao redor dos EUA, analisando suas diversas conformações adotadas. Segundo ele¹⁵, o instrumento é dividido em três pilares principais que assumem conformações distintas em cada caso: Organização, Operacionalização e Propriedade. A "organização" consiste no grupo gestor da CLT, que se conforma como uma entidade/associação que passa a ser a proprietária da terra e tem atribuições relacionadas ao financeiro e a parte burocrática da gestão (regimento, plano do território, etc). A "operacionalização" se relaciona com o funcionamento do CLT, sendo

¹⁴ Estudioso e organizador comunitário norte americano, fundador do "CLT Network"

¹⁵ Capítulos 1, 2, 3 e 4 dos vídeos "Roots of the CLT: Origins and Evolution of the Community Land Trust in the United States." Fonte: Canal do Youtube National Community Land Trust Network



responsável pela determinação da logística como perfil dos moradores, critérios de repasse das superfícies edificadas, manutenção do preço acessível, formação dos moradores, organização das assembleias, etc. E por fim a “propriedade” que determina como se dará a titulação das superfícies construídas, quais os tipos de moradia serão construídas (aluguel social, edifícios, casa unifamiliares), e a gestão da terra em si, definindo também os parâmetros de uso e ocupação do solo.

As conformações dos CLTs variam de acordo com os propósitos da organização do território que ele rege. Como dito anteriormente, no presente trabalho nos debruçamos sobre o caso da aplicação do instrumento nas comunidades porto riquenhas de Caño Martín Peñã, em Porto Rico.

A EXPERIÊNCIA EM PORTO RICO

O território de Caño Martín Peñã é composto por 8 assentamentos informais consolidados às margens de um canal do estuário que atravessa San Juan, a capital do país¹⁶. A ocupação dos terrenos se deu na década de 30 e hoje vivem ali mais de 26 mil pessoas.



Figura 03: Vista aérea das 8 comunidades de Caño Martín Peñã
Fonte: Google Earth com modificações da autora, 2018

Em 2001 o governo de Porto Rico, cria uma lei “federal” chamada “Programa Comunidades Especiais”, que se assemelha às nossas ZEIS, demarcando mais de 700 assentamentos como “Comunidades Especiais” que receberiam um determinado dinheiro para implementação de Obras de Infraestrutura. Nesse contexto, um órgão institucional chamado “Autoridade Rodoviária e de Transportes”, fica responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento do Distrito de Caño Martín Peña tendo como objetivando a recuperação ambiental do canal e a ampliação rede de transporte aquático. Para tanto, a equipe estabelece um “Escritório de Participação Cidadã” que

¹⁶ O território Porto Riquenho é classificado como um “Estado Livremente Associado”, não incorporado pelos Estados Unidos após a guerra Hispano Americana em 1898. Sendo, portanto, um território dependente econômica e politicamente dos EUA.



logo na primeira assembleia com os moradores foi rechaçado. Diante de acusações de que o plano já havia sido elaborado e exigindo saber quais famílias seriam despejadas para viabilizar as obras, o órgão recua e propõe uma revisão de sua metodologia participativa. A partir daí, tem-se a grande mudança que é tão especial no processo porto riquenho:

Entre 2002 e 2004 mais de 700 atividades colaborativas de planejamento, ação e reflexão foram elaboradas junto à comunidade. O projeto de infraestrutura se transformou em um de desenvolvimento integrado. Enquanto se realizavam oficinas, assembleias, e outros espaços para elaborar e discutir diagnósticos e construir cenários alternativos, se oferecia apoio aos processos de organização comunitária. Onde não haviam associações de vizinhos, elas foram criadas e foi facilitado o processo de diálogo entre as lideranças, levando-as a se conhecerem e dialogarem sobre os problemas que enfrentavam. Os laços, tanto entre moradores quanto com o território, foram ampliados e intensificados. Competições de reggaeton temática foram propostas nas escolas públicas, grupos focais para a retomada da história do Caño foram realizados entre os mais idosos e os mais jovens, culminando em uma história em quadrinhos que passa a ser utilizada como material para as assembleias, teatros participativos foram realizados e diversas outras ações¹⁷.

Em 2003 se iniciaram as atividades voltadas para o desenho que os moradores gostariam que o território adquirisse. Nesse contexto, é realizada uma oficina para apresentar às lideranças várias opções de regularização fundiária. A dinâmica se consistiu em 3 momentos: Primeiramente os participantes elencaram os problemas que procuravam resolver com a regularização, (formalizar serviços básicos, ter acesso a empréstimos, deixar uma propriedade como herança, evitar despejos, etc.) em seguida, foram apresentados distintos instrumentos de regularização, (titulação individual, cooperativas, CLT, etc.) e finalmente foi realizado um cruzamento entre a primeira e a segunda lista, na ideia de indicar qual instrumento mais asseguraria o que eles desejavam. Assim, o CLT se destacou e os moradores solicitaram mais informações sobre seu funcionamento. Quase um ano depois de uma intensa formação sobre o instrumento e com os objetivos da comunidade já completamente desenhados e estruturados por ela, ocorre a entrada do corpo técnico (arquitetos, advogados, engenheiros, etc) para transformar em instrumentos legais existentes o que havia sido desenvolvido.

Elaborados os instrumentos burocráticos para viabilização do CLT, ele passa a se chamar Fideicomiso de la Tierra, e entre 2006 e 2008 um novo momento é inaugurado: as dinâmicas participativas para elaboração da estrutura e seu funcionamento e a concepção do Plano de Desenvolvimento Integral. Nesse tempo foram determinadas questões como o direito de preempção para o Fideicomiso em caso de saída da família, a fórmula que calcula o valor da superfície, como de daria o aluguel das superfícies construídas, taxas para atividades comerciais, etc.

¹⁷ <http://cano3punto7.org/nuevo/index.html>

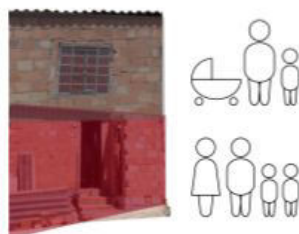


Direito de Superfície
e Terra Coletiva



Recuperação
Mais Valia

Gestão Usos



Direito de Laje

Assessoria Ampliações



Gestão Vazios

Figura 04: Diagramas realizados pela autora ilustrando algumas das questões desenhadas pelos moradores e presentes no plano do Fideicomiso, 2018

Em agosto de 2018, uma Delegação de Porto Rico veio ao Rio de Janeiro para ministrar uma oficina¹⁸ sobre o instrumento e foi constantemente exaltado que o que se deu ali no Caño foi um processo de transformação e emancipação social através de várias frentes de trabalho, sendo uma das consequências, um plano de gestão coletiva do território nos termos do Fideicomiso. Ressaltaram o quanto foi primordial que a iniciativa tenha partido dos moradores e que se não fosse dessa maneira, o instrumento não faria sentido porque não seria defendido no território, concluindo que o motivo de escolha do CLT se deu pelo fato de ele agrupar um maior número de variáveis que os moradores desejavam mesmo que não soubessem os nomes dos instrumentos que asseguravam tais questões. Muito foi falado também dos desafios de se romper com uma lógica institucional no que se refere a uma participação efetiva de comunidades (se deslocando apenas de um cumprimento de um critério para realmente uma elaboração ativa dos moradores) e sobre a necessidade e exercício de reeducação da equipe técnica envolvida.

Talvez seja esse o maior desafio de aplicabilidade do CLT no Brasil: além de romper com a lógica de políticas públicas genéricas, rever toda uma estrutura institucional e reconhecer o tempo e as especificidades de cada comunidade,

¹⁸ Entre os dias 23 e 27 de agosto a Comunidades Catalisadoras (ComCat) organizou uma série de oficinas sobre o CLT, ou Termo Territorial Coletivo (TTC), como eles estão propondo que o instrumento se chame em português. Além da participação de uma Delegação de Porto Rico, as oficinas foram organizadas em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Pastoral de Favelas, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio (CAU), o Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro (LEDUB), o Instituto Lincoln de Políticas de Terra (LILP), e o Global Land Alliance.



objetivando para além da mera aplicação de um instrumento urbanístico, uma “transformação emancipatória da realidade socioespacial” (SOUZA, M.L 2010).

PORQUE AS OCUPAÇÕES URBANAS ORGANIZADAS?

Práticas Espaciais Emancipatórias e o Papel do Movimento

“A ocupação é um ato de coragem: é uma atitude radical que nasce preocupada em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano. Tal consciência – a qual arriscaríamos chamar urbana – implica iniciativa e participação, mesmo que sejam meramente tentativas ou incompletas.” (BASTOS, C.D. et al., 2017, p.259)

A escolha aqui pelas ocupações organizadas como territórios potentes para aplicação do CLT, vem do diferencial papel do movimento no preparo das famílias e a consonância das mesmas quanto aos ideais defendidos; a presença contínua do movimento nos territórios e, por fim, as práticas e gestão coletiva aplicadas para a consolidação do território

Quando escrevemos o artigo do qual o excerto acima foi retirado, era primordial retratar as potências existentes, mas sem abandonar, ou omitir, todas as dificuldades, que também recaem sobre as ocupações. Narrar o cotidiano periférico desconsiderando as forças as quais ele está exposto leva a uma leitura rasa que pouco contribui para um debate que se disponha a ser construtivo. Em contrapartida, é necessário reconhecer que, seja por sobrevivência, seja por encaminhamentos de ideais, as ocupações organizadas ao proporcionarem práticas espaciais pedagógicas entre os pobres urbanos, promovem um rompimento com a lógica capitalista de produção do espaço. Assim, se busca aqui narrar algumas dessas práticas entre as ocupações organizadas pelo MLB Minas Gerais.

Desde a etapa anterior à entrada em um terreno, o Movimento promove mecanismos de organização, mobilização e formação política transformadoras ao apresentarem, a partir do cotidiano daquelas famílias, as contradições existentes em nossa sociedade e a necessidade da luta para aceder a direitos humanos básicos. Como consequência desse processo, o movimento considera todas as famílias envolvidas em suas ocupações como integrantes do MLB. Uma vez realizada a ocupação, os moradores organizam-se em comissões visando garantir a permanência na área ocupada. Dentre elas encontram-se:

01_Cozinha: Alimentação dos ocupantes servindo 4 refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta) e mantidas através de doações. Normalmente a cozinha coletiva é a primeira estrutura finalizada.



02_Segurança: Responsável pela salvaguarda da ocupação tanto em relação a despejo quanto no caso de tentativa de entrada de outras pessoas que não sejam do núcleo do MLB.

03_Creche: Uma das questões centrais para a manutenção das famílias é a garantia dos direitos básicos das crianças. Dessa maneira, seguida da cozinha, a creche é uma das primeiras construções. Além disso o MLB acredita na emancipação das mulheres através da socialização de suas atividades domésticas, a coletivização tanto da cozinha quanto da creche são fundamentais nesse processo.

04_Limpeza: Manutenção dos espaços coletivos

05_Infraestrutura: Equipe que trabalha para a construção das estruturas de água, luz e esgoto além das edificações coletivas como creche e cozinha auxiliando também as famílias durante os mutirões para construção de seus espaços de moradia.

06_Cadastro: Contagem de número de pessoas por família, carteirinhas, participação nas comissões, assiduidade nas assembleias, etc.

À medida que há a permanência, uma escala é estabelecida entre os ocupantes se tornando também rotineiras as assembléias de avaliação e acompanhamento do cotidiano da ocupação. Através destas, vão se estabelecendo os acordos específicos para manter a viabilidade da ocupação e dar os próximos passos em relação a consolidação. Essa fase inicial dura em média de 1 a 3 meses. No caso dos terrenos é quando os barracos ainda são de lona e questões mais definidoras como quantidade e tamanho de lotes, vias e infraestrutura em geral estão sendo pensadas. No caso de ocupações verticais, a dinâmica de distribuição tende a ser mais rápida pela existência prévia de estrutura, dependendo das condições do prédio em si. Atividades relacionadas a urbanismo, engenharia e arquitetura tendem a ocorrer através de parcerias externas com universidades e profissionais parceiros. No caso de Belo Horizonte, hoje, 6 anos depois da experiência inaugural de parcelamento coletivo na Eliana Silva, construímos pela primeira vez na história do MLB uma equipe nossa de assessoria popular, composta por moradores das ocupações, estudantes e profissionais.¹⁹

Passada essa segunda fase e chegando a consolidação, outras dinâmicas são estabelecidas, levando em conta as especificidades de cada território, do tipo de conflito instaurado e das famílias que ali se encontram. Destaca-se também que o movimento já realiza um papel de intermediação em relação a um possível mercado informal que venha a se conformar nos territórios: Durante os primeiros 5 anos de qualquer ocupação do MLB é proibida a venda ou locação de imóveis, regra

¹⁹ OPA: Oficina de Arquitetura Popular organizada em 4 áreas de atuação: Técnico, Jurídico, Social e Comunicação que visa construir uma atuação constante com os moradores buscando primordialmente a troca de saberes, visando o acompanhamento e aprimoramento de práticas de se pensar e fazer moradias, ocupações, cidade e coletividade.



estabelecida e apresentada no regimento de cada ocupação que é aprovado em assembleia. Além disso, cada morador assina uma espécie de termo de responsabilidade se comprometendo ao cumprimento dessa regra. Se uma família precisa ou deseja sair da ocupação antes desse período e já investiu recursos em sua moradia, a família que assumirá seu lugar necessariamente será encaminhada de algum núcleo de formação do MLB, e irá pagar o valor do material gasto pela família desistente na construção da casa, tal valor é avaliado junto a coordenação para garantir que não houve especulação e que corresponde ao que a família pode se comprometer a pagar, mantendo assim a moradia da ocupação entre famílias que realmente necessitam de moradia.

A ideia aqui era apontar algumas das especificidades dos territórios das ocupações organizadas do MLB no sentido de mostrar sua potência para aplicação do instrumento analisado. Ressalta-se que o próprio movimento defende constantemente em suas negociações algum tipo de acordo que permita que a terra pertença a ele, sendo gerida coletivamente pelas famílias ocupantes e que “as pessoas tenham direito de morar indefinidamente apenas com este fim, sendo aceito o comércio de subsistência.”²⁰ Com toda a clareza em relação a limitação que qualquer aparato urbanístico, e para além de um pessimismo ou crítica em relação aos instrumentos tradicionalmente aplicados em assentamentos precários, apostar no CLT vem da possibilidade de aglutinar tudo que já é feito nesses territórios num sentido de contribuir também para que não haja um arrefecimento de tais ações com o passar do tempo. Aposta, também, no sentido de que fortalecer os moradores e seus vínculos territoriais depois de toda a exaustão do período de consolidação, sendo quase um reconhecimento de seu esforço e não um apagamento com a entrada da “cidade formal”. A participação ativa e constante no território talvez seja a estratégia mais palpável para driblar o mercado informal imobiliário, e para romper com a lógica de expulsão dos pobres urbanos.

Passemos a narrativa da consolidação das experiências das ocupações urbanas que atualmente o MLB organiza em Belo Horizonte com destaque às práticas espaciais consideradas como emancipatórias em cada território:

²⁰ Palavras do Coordenador Nacional do MLB Leonardo Péricles, morador da ocupação Eliana Silva.



Eliana Silva:

Formação: Agosto de 2012

Famílias: 336

Destaque do Território: Forte vínculo territorial e entre as famílias devido ao despejo truculento + Creche Tia Carminha

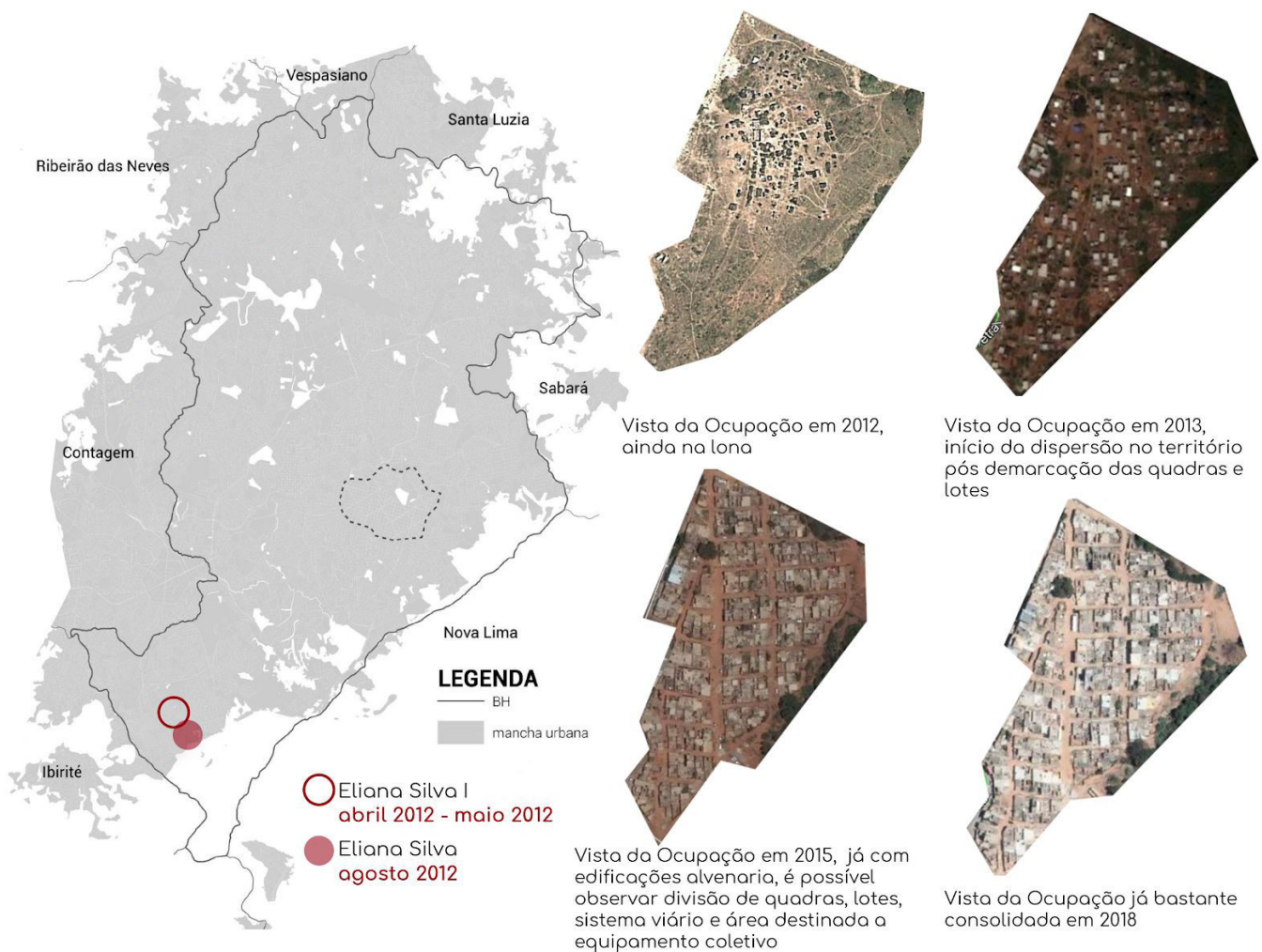


Figura 05: Diagrama do processo de evolução urbana da Ocupação Eliana Silva entre 2012-2018, elaborado pela autora 2018

A ocupação Eliana Silva reinaugura a atuação do MLB em Belo Horizonte depois de 16 anos da Vila Corumbiara. Ela ocorreu em duas tentativas: a primeira, que durou 21 dias, sendo violentamente despejada em 11 de maio de 2012. E a segunda, em agosto do mesmo ano e que resiste até hoje.



O nome da ocupação homenageia a companheira Eliana Silva, uma das fundadoras da Vila Corumbiara que dedicou a militância. Eliana Silva de Jesus nasceu em 03 de novembro de 1964 e iniciou sua atuação durante sua juventude no movimento estudantil secundarista ainda na década de 80, nas lutas pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização. A partir da década de 90, apoiou a organização do movimento sindical, atuando em várias greves e eleições de sindicatos e categorias importantes, como da Construção Civil, dos Metalúrgicos e dos Rodoviários.

O despejo da Eliana Silva I foi uma das ações mais truculentas da Polícia Militar - PM, em BH, além do cerco de mais de 300 policiais, era a primeira vez que o “caveirão” era utilizado em alguma ação na cidade. Ninguém podia entrar ou sair da ocupação num raio de quilômetros enquanto dentro do terreno as barracas eram derrubadas e os pertences dos moradores jogados num caminhão da companhia de limpeza urbana. Moradores eram espancados no processo e os apoiadores que chegavam eram recebidos com a mesma violência pela PM. Lembro da barreira policial na entrada da ocupação onde se concentravam as mães

Narrar o despejo é importante porque dentre as outras duas ocupações consolidadas a serem citadas adiante, Eliana é a única que passa por esse processo de enfrentamento direto com a polícia. Além disso, o processo entre a primeira e segunda ocupação é marcado por um grande reconhecimento da cidade da injustiça que havia se passado com aquelas famílias potencializado pela ação direta de acampamento das famílias na porta da prefeitura de Belo Horizonte durante 3 dias. Esses fatos levaram os moradores a atrelarem seus laços e



Figura 06: Homenagem MLB aos 9 anos da morte de Eliana Silva. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2017

e as crianças e dos policiais armados com aparato letal revistando as doações de comida que chegavam, jogando comida fora enquanto os moradores já estavam isolados a quase 5 horas.



Figura 07: Despejo Ocupação Eliana Silva, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2012

intensificarem sua garra em relação a luta, sendo esses dias sempre narrados em qualquer conversa sobre o início da ocupação.



Figura 08: Acampamento das famílias na porta da Prefeitura de Belo Horizonte, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2012



Mesmo tendo resistido apenas por 21 dias, a ocupação Eliana Silva 1 contou com um processo de loteamento colaborativo em parceria com a universidade mas discutido e elaborado juntamente aos moradores. O professor Tiago Castelo Branco e alguns de seus alunos elaboraram a partir da demanda do Movimento um plano urbano por o intuito era que a ocupação se consolidasse, segundo ele “Por se tratar de uma ZPAM, uma característica central desse plano urbano era a tentativa de promover a convivência dos moradores com a água no meio urbano. Pretendíamos recuperar e consolidar as áreas de montante para jusante, obedecendo aos processos naturais.” (LOURENÇO, T. C. B. 2014, p.54)



Figura 09: Plano urbano de ocupação do terreno Eliana Silva I, elaborado pelo Prof. Tiago Castelo Branco, Fonte: Cidade Ocupada, 2012

Passados 3 meses das famílias aguardando algum posicionamento ou encaminhamento da Prefeitura de Belo Horizonte, uma nova ocupação é organizada. “Uma das negociações importantes nesses primeiros momentos foi a manutenção das crianças na ocupação. O juizado de menores pretendia retirá-las, com ou sem as mães, por entender que o local não era adequado para menores. Para impedir isso, foi acordado com os movimentos sociais e os moradores que providenciassem o mais brevemente possível a construção de uma creche. O plano urbano para a nova ocupação estava esboçado, mas ainda era necessário fazer ajustes e, principalmente, discutir com os moradores. Mesmo assim, tivemos que determinar naquele momento onde seria a creche, para que a sua construção pudesse começar no dia seguinte. O local escolhido foi o centro geográfico do terreno, com uma grande árvore na proximidade.” (LOURENÇO, T. C. B. 2014, p.62)

Plano Urbano:

O plano urbanístico foi desenvolvido pelo Professor Tiago Castelo Branco e pelo graduando Bruno Giacomini junto aos moradores e estabeleceu lotes de 126m² divididos igualmente entre duas famílias, ambas com entrada individual, resultando na possibilidade de alocar 288 famílias. Nas reuniões de elaboração eram utilizados desenhos (técnicos ou não) além de uma maquete na escala de 1/1000 para a discussão do sistema viário (alamedas de 4m de largura) e parcelamento (144 lotes de 7m x 18m, respeitando a metragem mínima da lei)



Figura 10: Processo de discussão do plano urbano e maquete síntese, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2012

“O esgotamento sanitário foi uma baliza na concepção do parcelamento, pois o terreno da ocupação está numa condição geológica que requer cuidado na manipulação e infiltração de águas. Durante a implantação do plano verificou-se a dificuldade para ligar o esgoto das unidades ao interceptor de esgoto na avenida Perimetral. Poucos lotes tinham como aproveitar essa infraestrutura já instalada. Foram então estudadas alternativas, como o Tanque de Evapotranspiração (TEVAP)” (LOURENÇO, T. C. B. 2014, p.64)



Figura 11: Construção do Tanque de Evapotranspiração - TVAP, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2012

Também contribuíram no processo as professoras Margarete Leta e Junia Ferrari pela disciplina de assentamentos precários e o grupo PRAXIS-UFGM, ambos da Escola de Arquitetura da UFGM.

Creche Tia Carminha:

Como um dos argumentos para o despejo da Eliana Silva I havia sido as condições em que as crianças estavam, uma das preocupações primordiais era em relação a elas nesse novo momento. Assim, surge a Creche Tia Carminha, primeira construção em alvenaria da ocupação, edificada a partir de doação de materiais dos apoiadores e erguida pelas mãos dos próprios moradores. A creche servia então como um espaço de acolhimento para as crianças, enquanto os pais trabalhavam na consolidação da ocupação. Dessa maneira era garantido a elas 4 refeições diárias, cuidado direto e atividades educativas e lúdicas.



Figura 12: Vista externa e interna da Creche Tia Carminha em sua fase inicial, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2012

Com a consolidação da ocupação houve a necessidade de ampliação da Creche e melhoria de sua estrutura. Em 2012 lançamos uma campanha de financiamento colaborativo para esse fim ultrapassando a meta de 40 mil reais. Essa segunda fase foi concluída em maio de 2015 e contamos com uma parceria com o grupo de pesquisa Praxis, da UFMG. A terceira fase de expansão, permitirá o aumento de atendimento para 55 crianças. Nosso ideário de funcionamento é atender às outras 35 crianças que estão em nossa fila de espera, abrangendo assim nosso atendimento para fora da Eliana Silva.

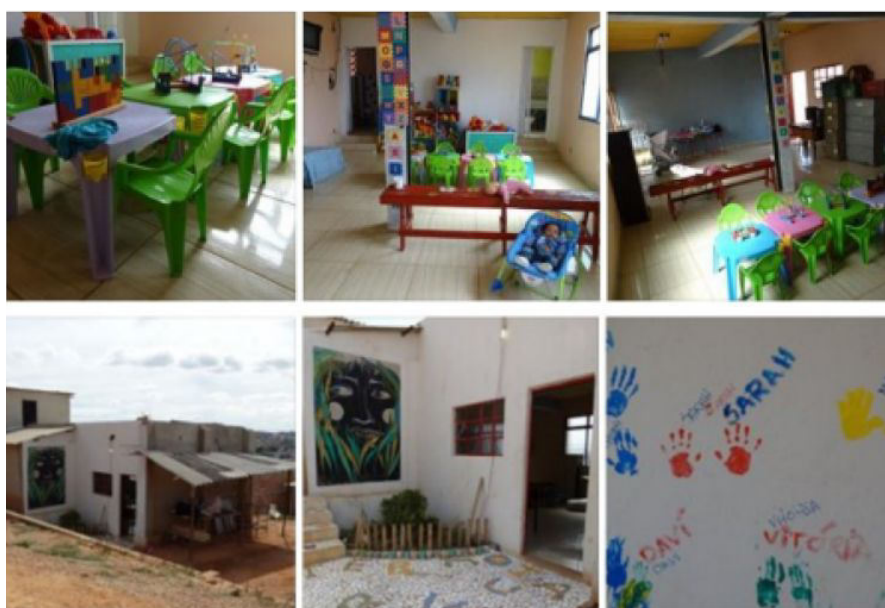


Figura 13: Vista externa e interna da Creche Tia Carminha em sua fase inicial, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2014



Paulo Freire:

Formação: Maio de 2015

Famílias:168

Destaque do Território: Escala + Escola Popular Esperança +Tempo de existência

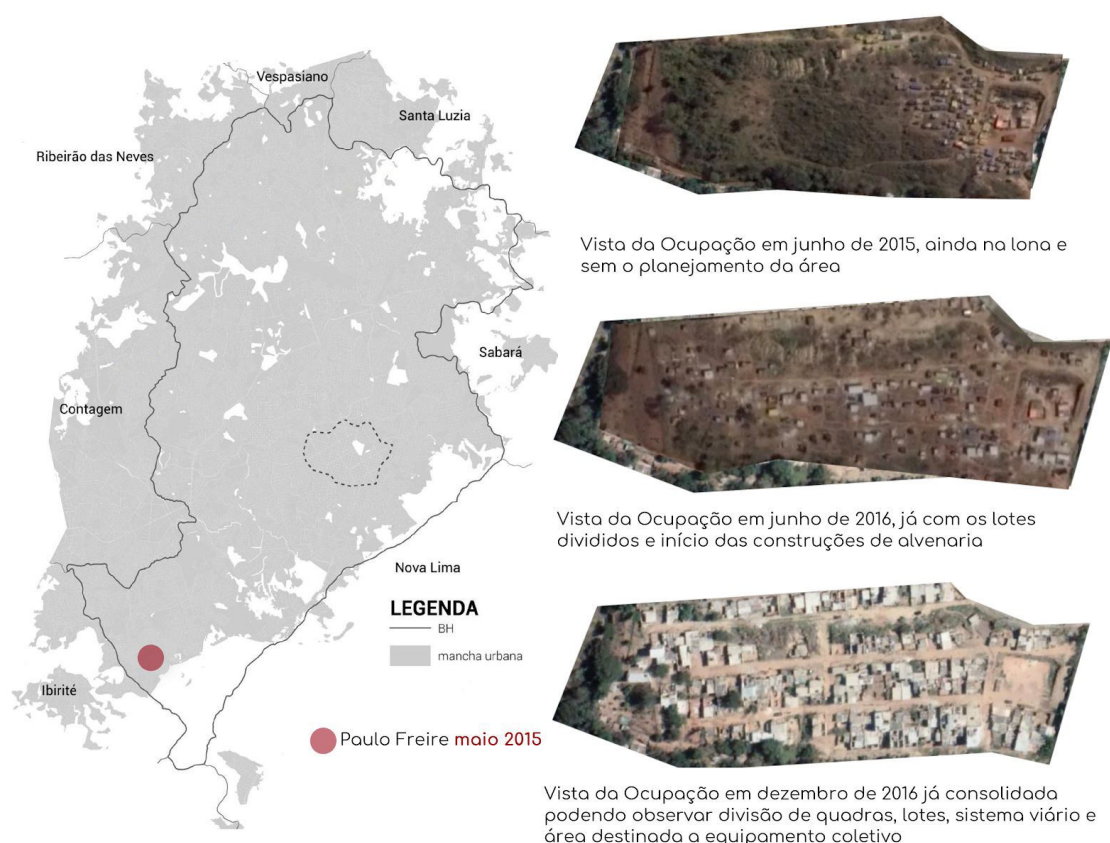


Figura 14: Diagrama do processo de evolução urbana da Ocupação Paulo Freire entre 2015-2016, elaborado pela autora 2018

A ocupação Paulo Freire nasce em Maio de 2015, em mais um dos terrenos não utilizados da CODEMIG na região do CDI Jatobá, Barreiro. Camilo Torres (2008), Irmã Dorothy (2010), Eliana Silva (2012) e Nelson Mandela (2014) configuram o hoje informalmente conhecido “Vale das ocupações”. Diferentemente da ocupação Eliana Silva, a ocupação Paulo Freire não passou por um processo de despejo e nem algum processo de reintegração de posse. A empresa que declarava que tinha a cessão do terreno para implementação de uma garagem de ônibus não tinha documentos suficientes para comprovar tal fala e o juiz da vara cível de Belo Horizonte reconheceu a posse como sendo exercida pelos moradores.

O nome da Ocupação homenageia o célebre pedagogo recifense Paulo Freire, responsável por uma verdadeira revolução no campo educacional ao introduzir seus conceitos de educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política.

Com um número reduzido de famílias e estando em um terreno privilegiado



que permite “tudo estar a altura dos olhos”, a escala e a conformação territorial são as grandes vantagens dessa ocupação. O plano urbanístico foi desenhado entre os moradores e parceiros externos, coordenados pelo casal de engenheiros Tânia e Nilvande, e uma das decisões tomadas coletivamente foi a de destinar duas áreas para a implementação de espaços comuns (destacadas na figura): uma para a destinação de uma horta comunitária e outra para a associação comunitária ou creche.

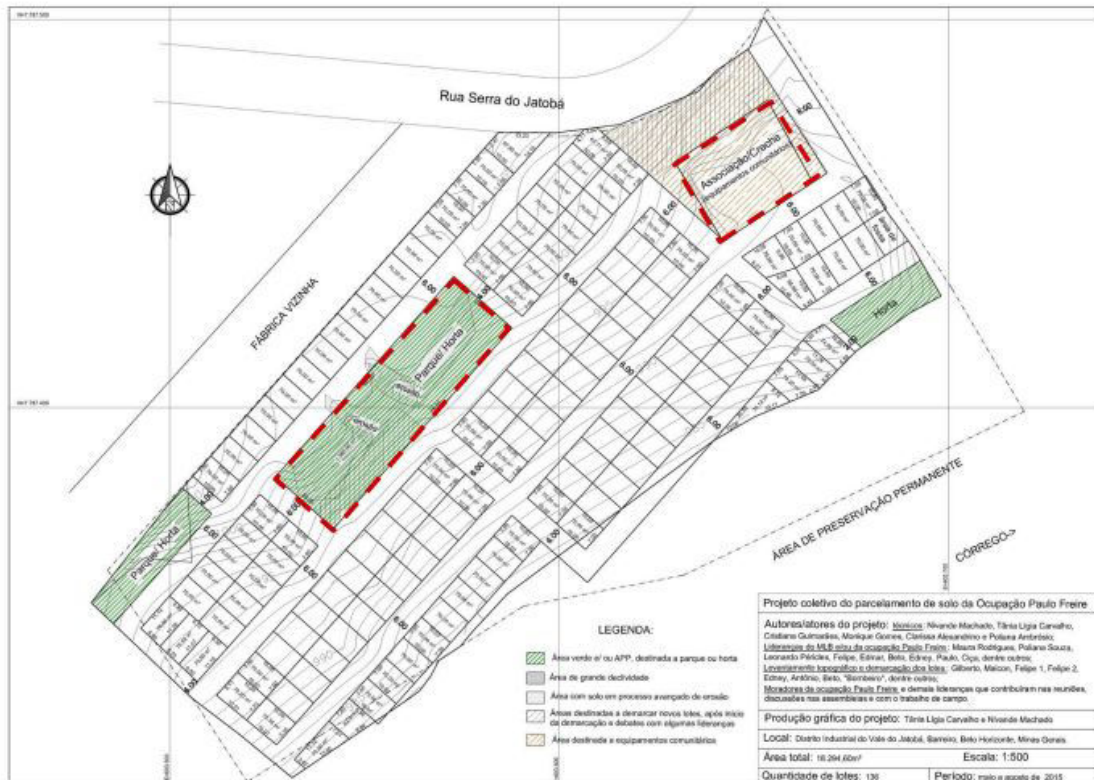


Figura 15: Plano Urbano elaborado para a Ocupação organizada Paulo Freire, 2015.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB.



Figura 16: Processo de discussão participativa para a elaboração do plano, 2015.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

O MLB já era bastante maior em 2015 do que em 2012 quando realizou a Eliana Silva, além de melhor organização interna o movimento, a rede de apoio era mais



ampla e mais consolidada, o que proporcionou grande visibilidade a ocupação que se destacava muito por sua organização interna. Um dos vários desdobramentos desses fatos foi a assessoria técnica puxada por militantes do Movimento que cursavam arquitetura e convocaram alunos de 4 faculdades (PUC-MG, Izabela Hendrix, UFMG e FUMEC) para trabalharem junto aos moradores para pensar soluções de layout nos projetos das casas. A ideia central era conversar sobre questões que normalmente geram problemas no futuro, como infiltrações, pouca ventilação ou entrada de luz.



Figura 17: Processo de discussão participativa sobre bom desempenho ambiental da moradia, 2015.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

Voltando no projeto de parcelamento, a área destinada para a horta encontra-se em uma parte de declividade acentuada do terreno que apresentava voçorocas pela falta de proteção vegetal da área. Desde novembro de 2015, um grupo de apoiadores e militantes do MLB que fazem parte das iniciativas Nossos Quintais e Aroeira²¹ se somou a algumas mulheres da ocupação que demonstravam interesse em trabalhar com horticultura ou que já cultivavam na sua própria casa. Assim nasce o “Grupo de Mulheres Semeando Esperança”, que, baseado na metodologia de educação popular freireana, vem trabalhando para ampliar as perspectivas das mulheres quanto a possibilidade de gerar renda com partilhada e autonomia financeira.



Figura 18: Grupo de Mulheres Semeando Esperança.

²¹ O Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura nasceu no final de 2006 no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, por iniciativa dos estudantes. Composto inicialmente por estudantes das Ciências Biológicas e da Geografia, surgiu com a proposta principal de levantar, discutir e realizar ações na área socioambiental e contribuir para o diálogo entre a Universidade e a sociedade.



fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2015

No final de 2016 houve a queda de um muro da empresa lindeira a ocupação que derrubou 8 casa e seus escombros caíram sobre a horta, hoje a ação se concentra mais nas hortas individuais das mulheres que continuam recebendo visitas e apoio dos militantes.

A outra área destinada para uso comum, que acolheria a associação ou a creche acabou passando por uma adequação e irá acolher a Escola Popular Esperança, além da possibilidade das crianças serem acolhidas na Creche Tia Carminha, da Ocupação Eliana Silva, um dado muito grave contribui para a decisão pela Escola Popular: De cada 10 moradores das ocupações urbanas, aproximadamente 4 não haviam terminado o fundamental e apenas 3 de cada 10 haviam concluído o ensino médio²². Assim, coordenado pelo GT de Educação do MLB, na figura das militantes Cris Guimarães e Maura Rodrigues, o projeto da Escola se dá em duas frentes: A primeira frente trata-se do projeto da escola em si, seu funcionamento, projeto político pedagógico (PPP) e viabilidade (tanto de construção quanto de manutenção). E a segunda consiste na construção em si, coordenada pelo arquiteto Rafael Pachamama. A primeira etapa do projeto foi uma campanha de financiamento colaborativo através da plataforma “benfeitoria” para a construção de uma escola de Educação de Jovens e Adultos - EJA - na Ocupação. A campanha foi finalizada em dezembro de 2017 e conquistou R\$ 6.035, ultrapassando sua meta inicial que era de R\$ 4.900 para a viabilização da construção do local com instalação de quadro, mesas e cadeiras.



Figura 19: Campanha de financiamento colaborativo para a construção de uma escola destinada a Educação de jovens e Adultos (EJA), 2017.

fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

A partir daí, construção da Escola tem se desenrolado com técnicas de bioconstrução, dentro da perspectiva da participação e mobilização com os moradores e apoiadores. Para o feitiço dos tijolos de adobe, foram realizadas atividades formativas a preços populares para participantes externos, sendo a renda revertida em materiais para a construção.

²² Dados fornecidos na campanha de financiamento colaborativo benfeitoria.com/ejapaulofreire



Figura 20: Mutirão para produção de tijolos de adobe na Ocupação Paulo Freire, 2018.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

A consolidação da Ocupação Paulo Freire me é muito cara porque eu morei nela durante seus primeiros 3 meses de consolidação. Participar do processo de entrada no terreno proporcionou reconhecer a beleza das sutilezas da noite que antecede o processo: da expectativa, do silêncio que une no não saber-se para onde vai, mesmo tendo deixado um mundo pra trás - cada sacola, cada mochila, cada colchão, trazem do lado uma vida inteira prestes a mudar completamente naquela noite. Além disso, o privilégio de acompanhar todos os processos coletivos da cozinha, com seus incríveis bolinhos de chuva todas as tarde, das assembleias que varavam noite a fora, das rondas de segurança com café doce na madrugada... nada, nunca deixando abalar o ânimo dos moradores. Não é um processo fácil, a exaustão era enorme, os conflitos internos e externos os mais diversos, mas a demanda da moradia, da vida, era maior ainda. Por fim, talvez o processo mais maravilhoso de acompanhar foi o de crescimento e fortalecimento das coordenadoras e coordenadores, talvez um dos "efeitos" mais potentes das ocupações seja a emancipação social e políticas dos envolvidos, e eu sou muito grata por poder ter compartilhado alguns desses momentos com eles. Cada mulher que saiu de um relacionamento abusivo e construiu ali a própria casa, rompendo com todas as regras estruturais nas quais foram criadas, é de um poder inenarrável.



Carolina Maria de Jesus:

Formação: Setembro de 2017

Famílias: 95 no prédio + 85 núcleos aguardando alocação no terreno (Manoel Aleixo)

Destaque do Território: Formação dos núcleos familiares junto a assessoria social (psicologia e antropologia) e assessoria técnica de todo o processo de uso e ocupação do solo desde antes da entrada do território

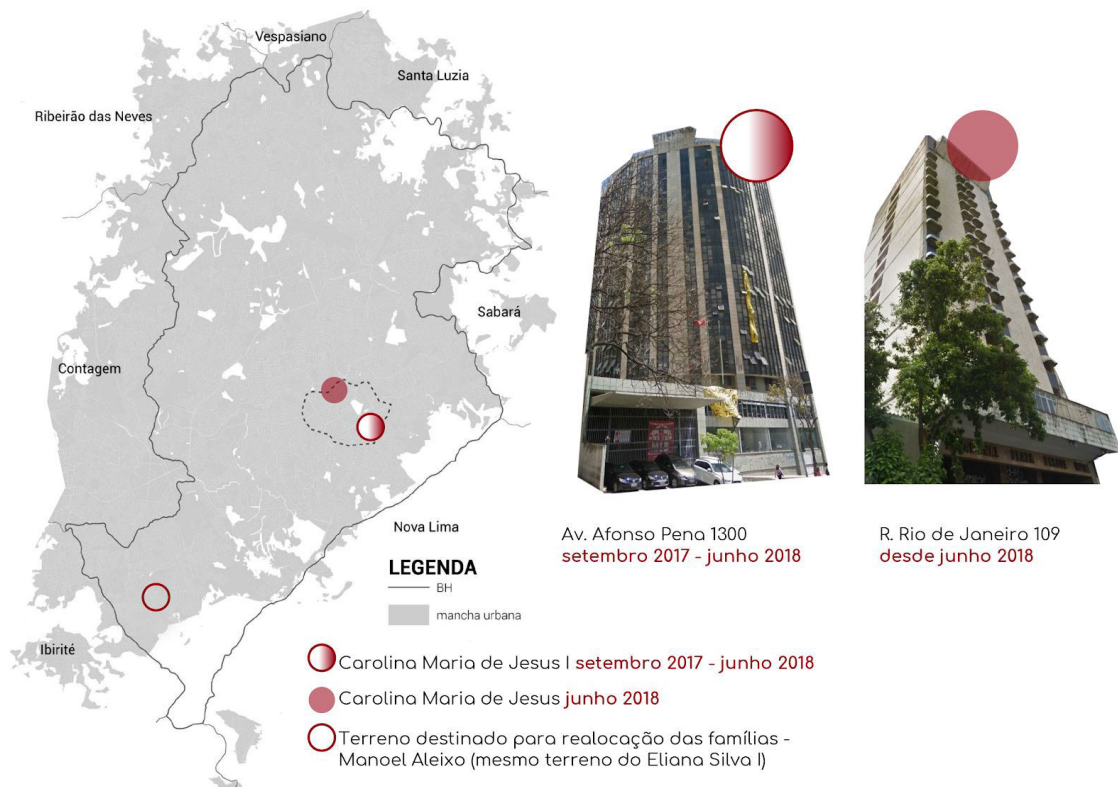


Figura 21: Diagrama do processo de evolução urbana da Ocupação Carolina Maria de Jesus entre 2017-2018, elaborado pela autora (2018).

A Ocupação Carolina Maria de Jesus inaugura a experiência do MLB Minas em ocupações verticais e também ocorre em mais de um momento. A primeira ocupação ocorre em setembro de 2017, no centro de Belo Horizonte, com o jargão “enquanto o centro não chega à periferia, a periferia chega ao centro”. A Ocupação, localizada na Av. Afonso Pena, no coração de Belo Horizonte, trazia a denúncia da incoerência entre as quase 80 mil famílias sem casa de BH e os mais de 171 mil imóveis e terrenos vazios na RMBH e também a pauta de que, ocupar o centro é possibilitar acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e oportunidades de emprego.

A ocupação homenageia Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe solo de quatro filhos, semialfabetizada, escritora e moradora da favela do Canindé, em São Paulo. Trabalhava como catadora de lixo e com os papéis que encontrava, escrevia sobre o seu dia-a-dia na favela. Considerada uma importante escritora brasileira, é autora do livro Quarto de Despejo – Diário de uma favelada, um dos primeiros relatos sobre a realidade marginal, denunciando a desigualdade social e o racismo.



A experiência da Ocupação no centro proporcionou aos moradores acesso a direitos básicos como educação pública e gratuita além de reinserção no mercado de trabalho. A proximidade com a área hospitalar, o realocamento das crianças das escolas municipais próximas e a própria dinâmica do centro, despertaram por si só no imaginário de todos, que existe um outro jeito de se morar na cidade de Belo Horizonte.

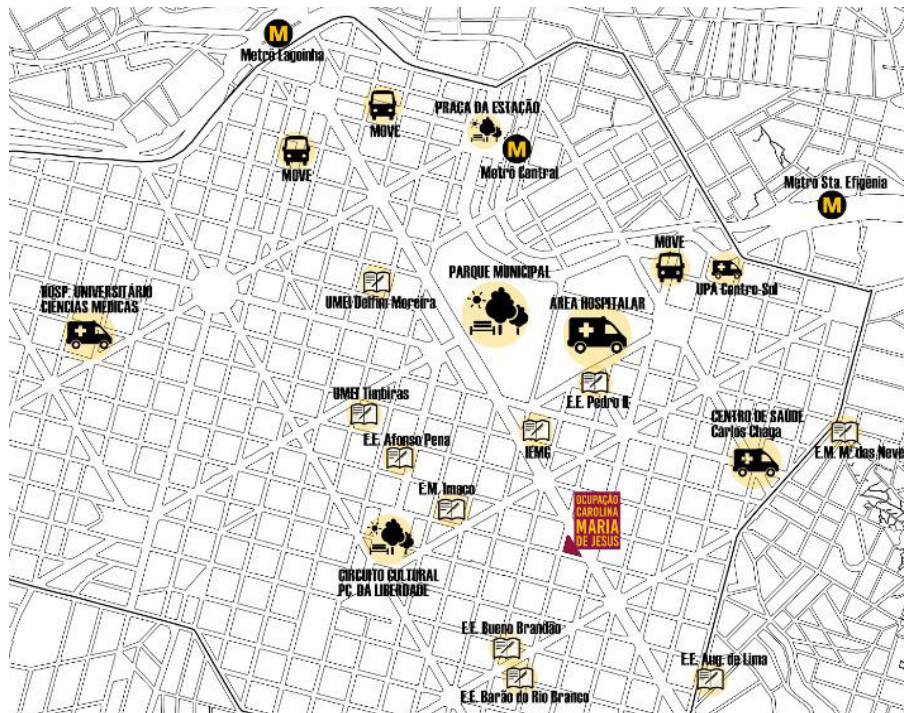


Figura 22:Localização e levantamento das potencialidades do entorno, 2017 fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

Uma das primeiras atividades que realizamos com as crianças e as mães foi uma ida ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti e muitas delas não conheciam o parque, nem a Afonso Pena. O retrato da desigualdade socioterritorial da cidade ia se materializando a cada conversa sobre cada nova descoberta que os moradores relatavam de suas andanças na nova vizinhança, e nada era mais emocionante do que em nossos caminhos corriqueiros como moradores dessa área privilegiada da cidade, nos encontramos com eles durante esse processo.



Figura 23:Crianças moradoras da ocupação aproveitando o Parque Municipal,2017.fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB.



Creche Sementinha Carolina

Um ponto marcante na Carolina é a quantidade de crianças, logo no início foram separados dois espaços para sediar a creche “Sementinha Carolina” que acolhia diariamente mais de 50 crianças, sendo separada em um espaço para crianças de 0-3 e outro para crianças maiores, proporcionando contações de história, aulas de teatro e dança, atividades educativas-formativas, meditação, etc.



Figura 24: Atividades da Creche Sementinha Carolina, 2017.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB.

Ações Culturais e Políticas

A Ocupação se consolidou também como um ponto de importância sócio cultural gratuito na cidade, construindo uma ampla agenda de atividades como oficinas, cursos de formação, aulas e eventos culturais (teatro, música, dança, cinema), o que além de fortalecer a rede de apoio proporcionou que os moradores tivessem contato com vários agentes da cidade.



Figura 25: Apresentação do rapper Djonga na Ocupação Carolina Maria de Jesus, 2017.
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

Cooperativas Mulheres de Luta:

A Cooperativa Mulheres de Luta surgiu através da auto organização das mulheres da Ocupação que seguindo o exemplo da própria Carolina Maria de Jesus, buscavam construir suas histórias com as próprias mãos. Ao se encontrarem na cozinha coletiva da Ocupação, várias mulheres perceberam que muitas delas tinham conhecimentos específicos sobre diversos fazeres culinários, indo de doces e pães, a biscoitos e salgados, e assim surge a cooperativa.



Figura 26: Produtos feitos pela cooperativa Mulheres de Luta, 2018. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB

Grupo de teatro Mulheres de Luta:



Figura 27: Chamada para apresentação do Grupo de Teatro Mulheres de Luta da Ocupação Carolina Maria de Jesus. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2017

Direção: Cristina Tolentino

Roteiro: Cristina Tolentino e Coletivo

Elenco: Cristina Elisângela Gomes, Nilmara de Freitas Ramos, Ana Luiza C. de Macedo, Poliana Campos, Priscila Santos Anacleto, Liliana Ramos das Mercês, Emanuelle Aparecida de Oliveira e Zilmara Moreira.

O Grupo de Teatro Mulheres de Luta foi fundado em outubro de 2017 por mulheres moradoras da Ocupação Carolina Maria de Jesus. *"Somos um coletivo de pesquisa teatral sobre questões feministas com foco na trajetória de mulheres que, na luta por moradia, passam da limitada vida doméstica para um outro lugar, o da luta revolucionária pela dignidade humana, dando um sentido libertário às suas vidas e à sua comunidade"*, diz a diretora Cristina Tolentino. O grupo pretende colaborar para a reflexão, consciência, organização e ações das mulheres nos seus diversos espaços de atuação. O projeto teve início com a criação e apresentação da

cena-performance "Todas as Vozes, Todas Elas", que estreou no evento Ocupa Política, em 2017. O grupo já se apresentou em vários eventos e espaços, como a Ocupação de Mulheres no Barreiro, Casa de Referência da Mulher Tina Martins, Faculdade de Direito da UFMG, Casa Sr. Tito de Lagoa Santa, instigando as rodas de conversa "Arte, cultura, feminismo e a luta das mulheres das ocupações", "Mulheres: o sentido da luta para além das dores e desafios", "Resistência feminista: o dia a dia e as lutas sociais".



Processo de Negociação com Governo do Estado:

O Estado de Minas Gerais conta desde 2015 com um importante aparato chamado *Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais*²³ que é responsável pela mediação entre os agentes envolvidos em conflitos diversos. No caso das ocupações urbanas, normalmente a interveniência se dá entre o suposto proprietário do terreno, os moradores da ocupação, o Movimento e o órgão responsável pela política habitacional do Estado, a COHAB MINAS - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. O movimento encara o diálogo com os órgãos públicos importante por vários motivos: em primeiro lugar, nem sempre as famílias não possuem recursos para a construção das casas, em segundo lugar porque o governo administra o que de fato pertence ao povo, tendo um compromisso com o cumprimento da função social da propriedade

No contexto da Carolina Maria de Jesus, desde o início os cenários levados pelo movimento para serem negociados abordavam não só a garantia da moradia das famílias mas também a implementação de instrumentos urbanísticos que garantissem a construção de Empreendimentos de Interesse Social (EHIS) no centro da cidade.

Todo o processo de criação de propostas é construído junto às famílias, sendo realizadas assembleias antes e depois de todas as reuniões com o Governo do Estado, além de atividades participativas diversas. Uma delas, foi uma oficina²⁴ sobre o morar no centro, nos quais os aspectos já citados acima foram exaltados pelos próprios moradores, mas também surgiu uma parcela de ocupantes que não se adaptou a dinâmica do prédio manifestando interesse em que o movimento também negociasse a possibilidade de um terreno. Participaram 101 famílias os resultados encontram se nos gráficos abaixo:

²³A Mesa é uma conquista dos Movimentos Sociais por moradia de Minas Gerais que em fevereiro de 2015 pressionaram o governo estadual para que as negociações de despejo e decisões acerca de conflitos urbanos e rurais não fossem tomadas sem uma tentativa de acordo prévio entre as partes, no intuito de evitar a violação dos direitos humanos dos afetados, principalmente durante os despejos. No dia 10 de Março do mesmo ano, foi realizado um seminário intitulado: “Conflitos Fundiários em MG e o Direito à Cidade” que contou com a presença de coletivos populares, acadêmicos e programas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) além da relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik. O objetivo era se debruçar sobre a proposta elaborada pela equipe do governador Fernando Pimentel (PT) feita após as pressões do início do ano. Na parte da tarde, nos dividimos em grupos de trabalho e discutimos o texto inicial apresentado e a partir daí, tirou-se em plenária a contraproposta de minuta, que foi então devolvida ao Governo do Estado, culminando em Julho de 2015, na criação da referida Mesa.

²⁴ Oficina realizada em outubro 2017 pela coordenação da ocupação e militantes do MLB alunos da Escola de Arquitetura da UFMG.

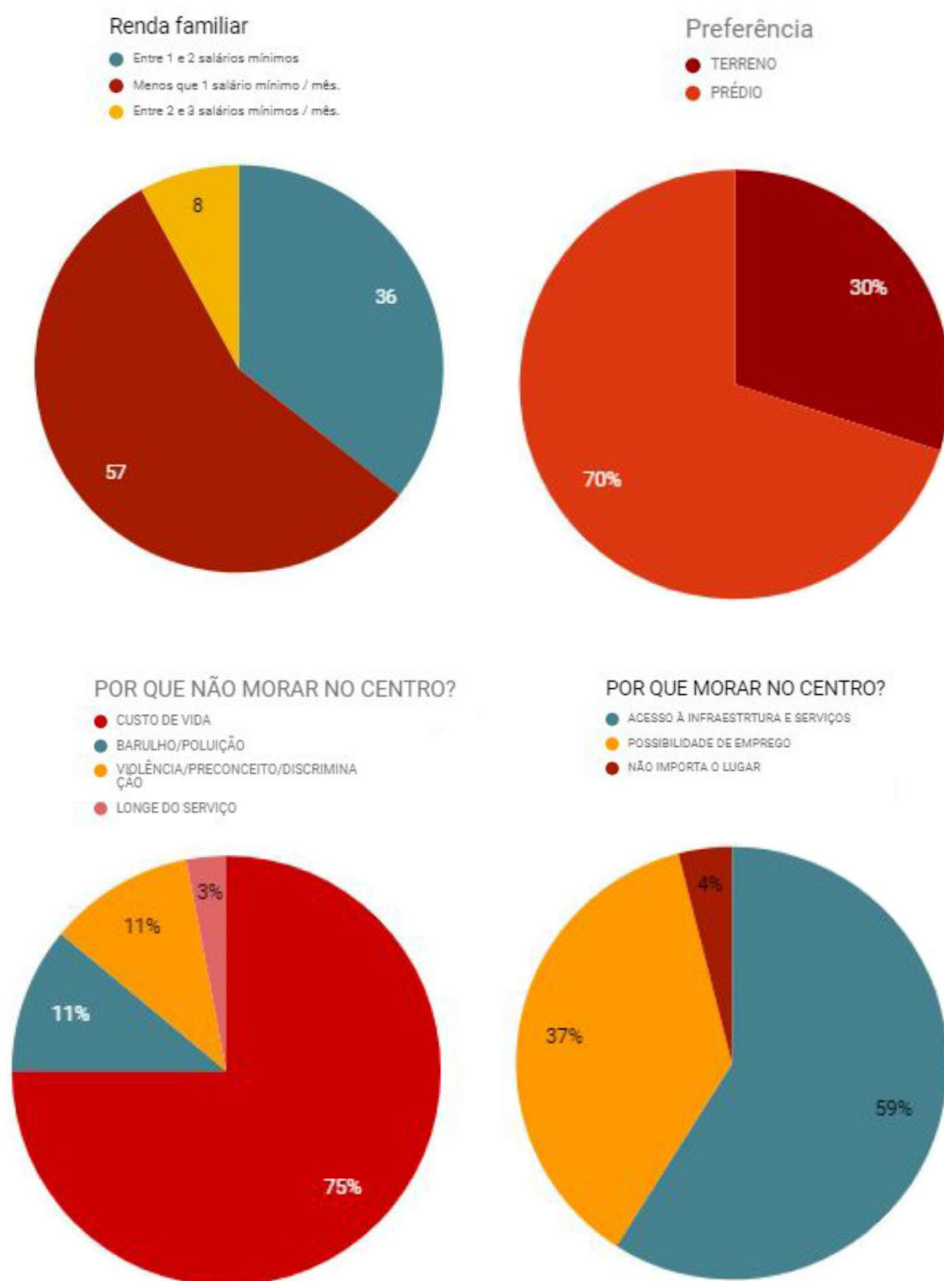


Figura 29: Gráficos gerados a partir da Oficina “Morar ou não morar no Centro?” Realizada em outubro 2017, fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2017

A partir dessa dinâmica, o movimento passa a negociar também a possibilidade de um terreno para reassentamento de parte das famílias. Passados 9 meses de negociação e consolidação das alternativas de reassentamento das famílias o Movimento conquista a destinação, pelo governo estadual, de dois terrenos com infraestrutura para que o MLB viabilize projetos de unidades habitacionais e a disponibilização do auxílio pecuniário revertido em pagamento de um aluguel simbólico de um prédio no centro.



Figura 30: Comemoração do final das negociações com Governo do Estado fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018

Antes de prosseguir, gostaria de ressaltar que a opção em ocupar prédios possui um lado positivo e outro negativo. Se por um lado ele já possui a estrutura física, por outro lado, dependendo de quão abandonado estiver o edifício, as instalações hidráulicas e elétricas podem estar muito precárias causando muito trabalho ao movimento e sendo bem mais caro o processo de readequação do a implantação em um terreno. O prédio negociado pelo Governo com a Carolina funcionou no passado como Internacional Plaza Palace Hotel e se encontrava vazio a mais de 20 anos apresentando diversos problemas elétricos, hidráulicos²⁵ e estruturais

²⁵ Resultados da Vistoria realizada pela Equipe do MLB e técnicos parceiros em junho de 2018:

Elétrica:

Demanda de reposição de 100%. Há também a necessidade de implantação de uma nova subestação elétrica responsável pela distribuição da energia. Ressalta-se também a questão da bomba de água no subsolo (garagem), responsável por evacuar diariamente a água que mina do curso d'água, seu funcionamento contínuo é imprescindível para o não alagamento deste pavimento.

Hidráulica:

Necessária a troca de toda a tubulação do Edifício

Estrutura:

As questões mais críticas se concentram no último andar onde encontra-se a piscina e no subsolo (garagem). A piscina destampada e exposta às intempéries, somada a falta de manutenção, desencadeou uma infiltração visível pelo menos até o 16º andar, comprometendo lajes e paredes. A garagem, devido a ausência de funcionamento da bomba, ficou 7 anos inundada, comprometendo severamente a estrutura.



que deveriam haver sido sanados antes da mudança das famílias para o prédio, o que não ocorreu colocando-as em situação de fragilidade mais uma vez.

Atividades no terreno com o coletivo OPA

Oficina de Assessoria Popular:

No segundo semestre de 2018, com a mudança da Carolina para o novo endereço, a coordenação do MLB Minas se reúne com parte da equipe de estudantes de arquitetura que militam no movimento e propõe que nos estruturássemos como um grupo de assessoria oficial do movimento. Assim, em Julho de 2018 surge o OPA - Oficina de Assessoria Popular. O OPA é composto por estudantes, profissionais e moradores e atuam em 4 eixos de ação: Arquitetura e Urbanismo, Social, Comunicação e Jurídico.

Em agosto de 2018 o grupo de Arquitetura e Urbanismo iniciou uma série de encontros com os moradores para a construção da proposta de como se daria o parcelamento, uso e ocupação de um dos terrenos que havia sido cedido pelo Governo do Estado. A proposta, para além do processo coletivo era a aproximação dos moradores das questões que compõe uma casa, um bairro e a cidade, a partir desse primeiro encontro foram realizadas mais 5 encontros que marcaram essa fase inicial de conhecimento dos termos e desenho colaborativo:

1	2	3	4	5	6
19 agosto	16 setembro	29 e 30 set	20 out	03 nov	01 dez
Plenária: Apresentação Assessoria	Plenária: Planejamento das ações	Cercamento do terreno Construção do galpão	Definição: Ruas Quadras Equipamentos	Definição: Tipologias Loteamento	Discussões finais e apresentação do projeto



Figura 31: Apresentação do grupo de Oficina Popular de Assessoria (OPA) e agenda de trabalho
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018



1º Oficina: Definição de Ruas, Quadras Equipamentos

Data: 20/10/2018, entre 9h-17h

Local: Escola Municipal Itamar Franco - Barreiro

1º etapa:

- Levantamento existentes + demanda moradores
- Inserção espacial do terreno (restrições geológicas, ambientais)
- Conceitos e regras mínimas de vias e quadras

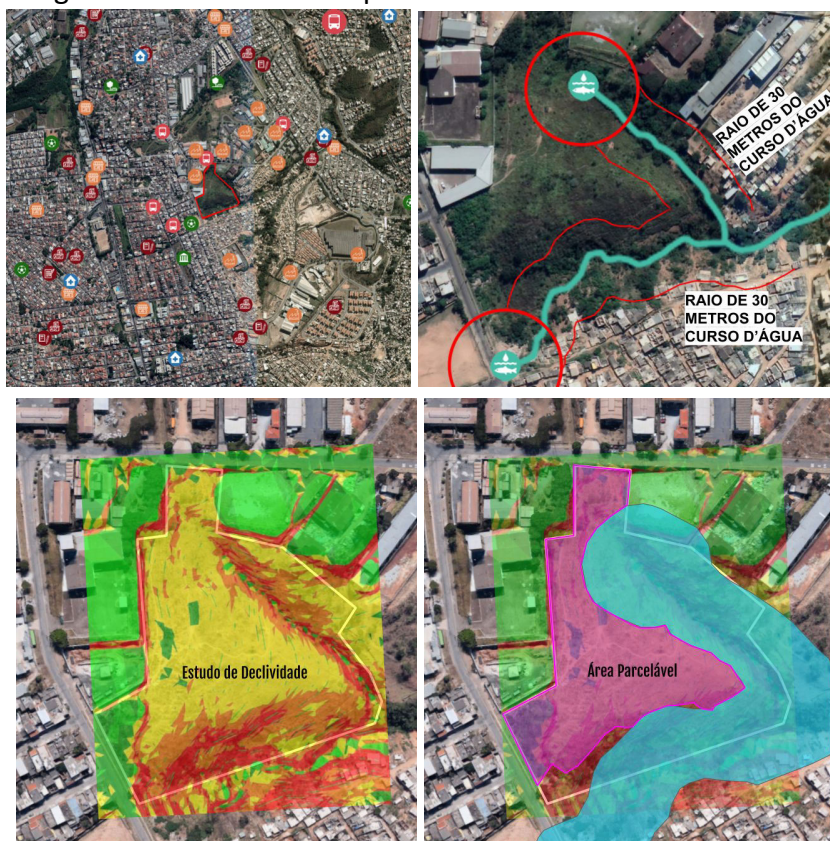


Figura 32: Mapeamento Coletivo do Entorno e Restrições Ambientais fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018

2º etapa:

- Divisão em grupos para pensar coletivamente a implementação de ruas, quadras e equipamentos, acompanhados por 1 coordenador da assessoria



Figura 33: Mapeamento Coletivo do Entorno e Restrições Ambientais fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018



Figura 34: Algumas das propostas elaboradas pelos moradores durante a 1ª oficina. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018



2º Oficina: Tipologias e Loteamento

Data: 03/11/2018, entre 9h-17h **Local:** Escola Municipal Itamar Franco - Barreiro

1º etapa: Avaliação das propostas construídas na 1º Oficina e introdução de conceitos

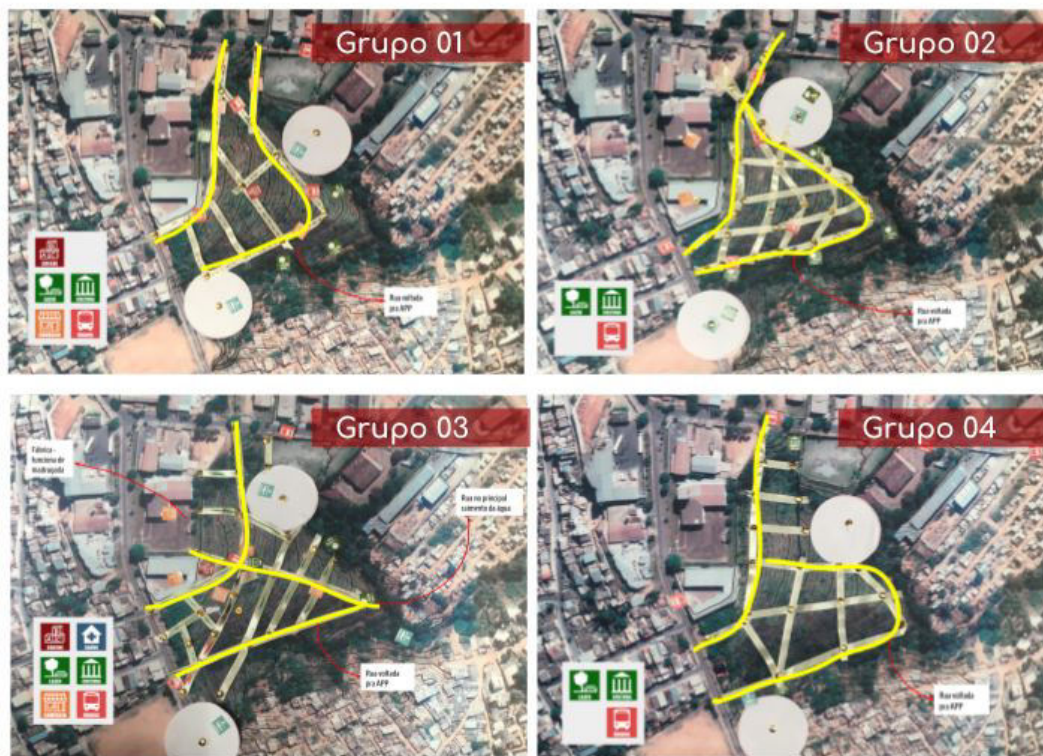


Figura 35: Estudos das principais diretrizes de cada proposta. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018

2º etapa:

Divisão em grupos para pensar coletivamente a implementação de loteamento e tipologias



Figura 36: Algumas das propostas elaboradas pelos moradores durante a 2ª oficina. fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018



3º Oficina

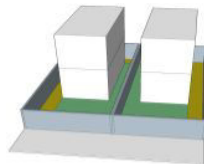
Apresentação Propostas e Discussões

Data: 01/12/2018, entre 9h-11h

Local: Auditório ocupação Carolina Maria de Jesus - Centro



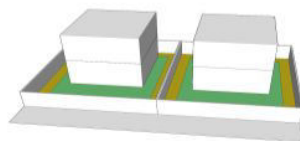
1. Lotes individuais + 1 sobrado por família



acessos independentes

pouco espaço de quintal
perde espaço da casa pra escada
precisa de mais ruas

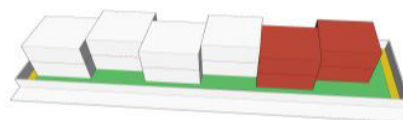
2. Lotes coletivos + 1 sobrado para duas famílias



mais quintal
escada externa
gasto menor na obra

quintal comum entre as famílias

3. Lotes coletivos + sobrados geminados para mais famílias



mais espaço pra construir
menos ruas de acesso
gasto menor na obra

paredes grudadas

Figura 37: Apresentação final das propostas
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018



APONTAMENTOS FINAIS

“O espaço é ao mesmo tempo um produto e um condicionador das relações sociais. À luz disso, segue-se que pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente o substrato material, mas os territórios e as “imagens do lugar”) seria um contrassenso. A mudança da sociedade concreta não há de ser apenas uma mudança das relações sociais, mas também uma mudança espaço social.” (SOUZA, M. L. 2010)

Como reforçado pela comissão de Porto Rico, o que é especial na experiência de Caño Martin Penã são as práticas de transformação social que se deram no território, sendo “uma delas, o Fideicomiso”²⁶. O que procurou-se realizar aqui converge para essa aproximação: a potência dos territórios das ocupações urbanas consiste nas práticas espaciais emancipatórias que elas proporcionam, espera-se que mais uma delas seja a adaptação do CLT para a nossa realidade e quão rico pode ser o processo de construção coletiva deste instrumento junto aos moradores e ao movimento. Soma-se a isso a enorme rede de apoio na cidade que as ocupações geraram, proporcionando todo um envolvimento entorno da pauta do direito à cidade. Tratando-se de um movimento Nacional, que replica as mesmas práticas nos 13 estados em que atua, há de se reconhecer a repercussão que uma possível aplicação do CLT acarretaria.

Quando se apresenta aqui o CLT como uma possibilidade a gestão territorial das ocupações urbanas, o objetivo nunca recaiu sobre uma conclusão quanto sua efetividade de aplicação institucional e tampouco o trabalho foi construído em cima de uma ilusão quanto ao rompimento com a lógica espacial capitalista, afinal “políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem, em si mesmas, claro está, ser consideradas insurgentes; afinal nenhum Estado capitalista poderia desenvolver práticas, marcos legais, etc. que insurgissem efetivamente, contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial heterônoma” (SOUZA, M. L. 2010). Trata-se aqui de tentar refletir sobre alguma alternativa para além da entrada tradicional das prefeituras em vilas e favelas, sem abandonar a responsabilidade do Estado quanto às periferias, visto que suas ações podem potencializar ou mitigar as adversidades as quais elas estão expostas. Por exemplo, é contraditória a banalização da presença do tráfico na periferia e a sua não incorporação nas discussões de planejamento urbano. Ignorar que o tráfico é agente do mercado imobiliário informal além de fantasioso, pode trazer impactos ainda imensuráveis nas relações de poder destes territórios. A partir do momento em que uma prefeitura decide por qualquer tipo de titulação, quais novas disputas irão se conformar nessas comunidades? Quais novas exposições e conflitos essa ação pode acarretar? Não se tem pretensão de que algum instrumento urbano dê conta desta questão, mas precisamos nos deter pelo menos em quais fragilidades não vamos reforçar com políticas e instrumentos implantados. Mais uma vez, a ideia da

²⁶ Fala do mediador social Alejandro Cotté, da Equipe do Proyecto Enlace em um dos dias da já citada oficina sobre o CLT promovida no Rio de Janeiro em agosto de 2018.



constância no território com práticas diversas talvez possa contribuir para inibir certos atores e fortalecer a comunidade local.

Nos últimos dez anos pelo menos uma ocupação por moradia aconteceu em BH a cada ano. Isso indica não só o cenário de falta de políticas públicas no sentido de produção e acesso a moradia, mas também em relação ao não rompimento do ciclo de (re)marginalização dos pobres urbanos. Sem romantizar a precariedade, é enorme pensar que Belo Horizonte tem hoje pelo menos 40 mil habitantes²⁷ em ocupações as quais estão envolvidas, em maior ou menor grau, na luta por uma cidade em que caibam todos. A última gestão municipal da capital mineira se negava a dialogar com as ocupações urbanas e 8 anos de negligência não fizeram com que elas desaparecessem ou diminuíssem. Pelo contrário, o fechar dos olhos do poder público reforçou uma marginalização que poderia haver sido mitigada caso parcerias entre os Movimentos de Luta por Moradia e moradores das ocupações houvessem sido firmadas.

A recente aprovação do Novo Plano Diretor de Belo Horizonte²⁸ traz um importante reconhecimento institucional da luta das ocupações urbanas da cidade, com a demarcação de 14 delas como zoneamentos especiais passíveis de receber programas de qualificação urbanística ou implementação de programas de interesse social²⁹. Dentre essas encontram-se tanto Eliana Silva quanto Paulo Freire, demarcadas como Áreas Especiais de Interesse Social tipo 2 - AEIS-2³⁰. A luta por moradia é composta por muito mais camadas que qualquer artigo ou relato possa dar conta, como afirma o Coordenador Nacional do MLB, Leonardo Péricles “o que a gente quer é colocar a cabeça tranquilo no travesseiro com a certeza de que não vai perder a casa de madrugada”. Logo, tem-se que concordar com Marcelo Lopes de Souza, sem medo de soar como reformista, de que “a ação direta não pode [...] ser jamais reduzida ou valorizada apenas em função de suas eventuais consequências sobre as práticas governamentais”, mas que também, “é necessário admitir que as relações entre ação direta e a tríade *com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado* são muito mais complexas do que poderia supor” (SOUZA, M. L. 2010). Essa certificação do poder

²⁷ Número estimado pela autora entre a contagem de domicílios fornecida pela URBEL (2018) das Ocupações Dandara, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória Zilah Spósito e Helena Greco e os dados da publicação “Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte” do Grupo PRAXIS-UFMG de 2016 obtido através de entrevistas com lideranças e moradores.

²⁸O Plano Diretor foi aprovado em primeiro turno dia 20 de novembro de 2018, após 3 anos em tramitação na câmara dos vereadores, sendo um processo desgastante e conflituoso com o setor empresarial da cidade principalmente devido a implementação do CA básico = 1 e a Outorga Onerosa.

²⁹ ZEIS ou AEIS

³⁰ AEIS é um zoneamento que demarca áreas, edificadas ou não, destinadas à implantação de programas e empreendimentos de interesse social, as AEIS do tipo 2, são loteamentos passíveis de regularização fundiária nos termos da legislação federal, ocupados, predominantemente, por população de baixa renda enquadrada nos critérios de atendimento da PMH.



público obviamente é uma via de mão dupla, não sabemos como se dará a entrada no território, nem como serão os acordos com o Movimento ou quais instrumentos e políticas serão aplicados (e é também sobre isso tratar do CLT no presente trabalho), mas é preciso reconhecer que demarcar como de interesse social áreas da cidade que se sabem destinadas à especulação, é tomar um lado na história de quem reivindica a posse, justamente defendida, inclusive, baseada na constituição federal. O que se espera aqui, principalmente em relação a academia, é uma humildade de reconhecimento desse passo. Existir em um pedaço de papel pode parecer pouco ou contraditório pra quem sempre caminhou do lado privilegiado da história, mas quem nunca abandonou a luta, aprendeu a reconhecer a importância de também conquistar esse espaço institucional, porque tem a certeza de que isso não para e nem diminui a luta que se tem a diante.



Figura 38: Famílias do MLB na Câmara Municipal defendendo a aprovação do novo Plano Diretor
fonte: Acervo da Equipe de Comunicação do MLB, 2018

Enfim, os conflitos fundiários sobre os quais nosso país se consolida, sejam no campo ou na cidade, reproduzem ciclicamente a versão dos vencedores, enquanto sistematicamente as estratégias de resistência dos vencidos tentam ser apagadas. Trata-se aqui, de uma tentativa de aproximação do cotidiano das lutas atuais para tentar contribuir com a construção de outras narrativas possíveis, para que outras vozes sejam as protagonistas dessa história, e que não sejamos mais sistematicamente apagadas.

Viva as ocupações urbanas de Belo Horizonte!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGOED. Line, HERNÁNDEZ TORRALES. María E, RODRÍGUEZ DEL VALLE. Lyvia. El Fideicomiso de la Tierra del Caño Martín Peña Instrumento Notable de Regularización de Suelo en Asentamientos Informales.

BITTENCOURT. Rafael, MORADO. Denise, GOULART. Fabrício. Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Favela é Isso aí, 2016

BEDÊ. M. C. Trajetória da formulação e implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular – 1993/1996. 2005. 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-6YGLGE> . Acesso em: 4 abr. 2018.

C. D. BASTOS, F. N. C. MAGALHÃES, G. M. MIRANDA, H. SILVA, J. B. M. TONUCCI FILHO, M. M. CRUZ E R. C. L. VELLOSO. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Anpur), V.19, N.2, p.251-266, 2017.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio [1974]. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, H. O Direito À cidade [1968]. São Paulo: Centaura 2001, 5º Reimpressão 2015.

LOURENÇO, T. C. B. Cidade ocupada. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9QRGL5>. Acesso em: 7 maio de 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é Lugar de Fala. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, Lisandra Maria. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_lisandra.pdf. Acesso em: 16 abril. 2018.



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

SOUZA, Marcelo Lopes. Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. Revista Cidades, V.7, N.11, p.13-47, 2010